

O Processo de apagamento da simbologia do cais: os casos do Cais Estelita (PE) e Mauá (RS)

*The erasure process of the the symbolism of the quay:
the cases of Cais Estelita (PE) and Cais Mauá (RS)*

Jacqueline Custódio¹

André Huyer²

Resumo

Trata-se de estudo de dois casos nos quais são concebidos empreendimentos para áreas que antes eram públicas e que passaram por processo de alienação e/ou concessão à iniciativa privada. Ambos eram antigos cais e, portanto, localizados em orla, hoje objeto de desejo das construtoras para edificações de alto luxo. As construções remissivas nas áreas têm expressivo valor simbólico para a população e, em vista disso, sofrem um processo de apagamento, que ocorre da conjunção entre poder público e poder econômico, para justificar e facilitar a sua privatização. O objetivo do artigo é a análise dos processos que envolveram estes dois casos, do ponto de vista das ações do poder público e da resistência da sociedade civil. Para isso, serão analisados aspectos deste apagamento e os elementos de resistência trazidos pelos movimentos sociais, apontando algumas estratégias para assegurar o acesso democrático da população aos bens culturais, bem como o direito à cidade.

Palavras-chave: Cais. Direito à cidade. Movimentos sociais. Acesso democrático.

Abstract

This is a study of two cases in which projects are designed for areas that were previously public and that have undergone a process of alienation and/ or concession to private

¹ Doutoranda em Planejamento Urbano e Regional e advogada. E-mail: jacquecustodio@gmail.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3088-9870>

² Doutor em Planejamento Urbano e Regional. Arquiteto assessor técnico aposentado do Ministério Público do Rio Grande do Sul. E-mail: ahuyer@gmail.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1435-1007>

initiative. Both were old quays and therefore located on the waterfront, today the object of desire of builders for high luxury buildings. The reminiscent constructions in the areas have expressive symbolic value for the population and, therefore, suffer a process of erasure, which occurs from the conjunction between public power and economic power, to justify and facilitate its privatization. The objective of the article is the analysis of the processes that involved these two cases, from the point of view of the actions of the public power and the resistance of civil society. For this, aspects of this erasure and elements of resistance brought by social movements will be analyzed, pointing out some strategies to ensure the democratic access of the population to cultural assets, as well as the right to the city.

Keywords: Quay. Right to the city. Social movements. Democratic access.

Introdução

Em um momento em que valores democráticos estão sendo questionados, a ciência, contestada e a história, recontada, a cultura não poderia sair ilesa. Assim, assiste-se ao desmantelamento de instituições de defesa do patrimônio cultural, a censura e o enfraquecimento da participação popular na elaboração das políticas públicas culturais.

Entretanto, muito do que observa hoje estava latente e os processos de apagamento, longe de ser serem fenômenos do presente, perpassaram a nossa história. E, aqui, a memória apresenta-se como mediadora do resultado do que será contado como história, posto que, segundo Paul Ricoeur, a história e a memória têm uma relação complementar, para que se alcance o que ele denomina de uma "política da justa memória" (Ricoeur, 2007, p.17)

Porém, Ricoeur adverte que a memória está sujeita a usos e abusos, quando trata de esquecimento, apagamento, perdão e reconciliação (Ricoeur, 2007), sendo consequência de um processo de seleção e de negociação (Pollak, 1989). Indo além, Ricoeur (2007) aponta a ideologização da memória, descrevendo-a como um processo complexo e dissimulado, que atua por meio "de distorção da realidade, de legitimação do sistema de poder e de integração do mundo comum por meio de sistemas simbólicos inseparáveis das ações" (Ricoeur, 2007, p. 95).

Visto dessa perspectiva, não é difícil de entender o propósito do apagamento das memórias e, conseqüentemente, da simbologia de locais emblemáticos, principalmente quando se está enfrentando o poder econômico, como vem ocorrendo, de forma simultânea, nos casos da área portuária de Recife e Porto

Alegre. Em ambos os casos, a mobilização popular tem sido o contraponto e a resistência contra a atual política urbana de transformar a cidade em mercadoria (Vainer, 2009).

No bojo dessas mobilizações, encontram-se presentes a luta pelo direito à memória, pela preservação do patrimônio histórico, pela manutenção do espaço público e pelo acesso democrático à produção e aos bens culturais. Também nos dois casos, a produção da cultura, em sentido amplo, tem sido ferramenta de enfrentamento aos projetos urbanos propostos, buscando a preservação desses locais simbólicos e seu acesso universal.

Assim, mostra-se fundamental conhecer e analisar as chamadas propostas de “revitalização de espaços degradados” a partir da perspectiva da mobilização popular, pontuando suas estratégias e métodos empregados para fazer frente à mercantilização de espaços públicos e simbólicos das duas capitais brasileiras, assegurando direitos culturais e o direito à cidade.

2. Breve histórico dos casos

2.a Cais Estelita

O Cais Estelita é remanescente de uma área industrial e está em desuso há décadas. Surgiu no séc. XVI, mas começou a operar comercialmente em 1918 e seu terreno é resultado de inúmeros aterramentos concluídos no final de 1930, momento de transformações urbanas em Recife. Além de seus galpões, abrigou um pátio da Rede Ferroviária Federal (RRFSA), cuja expansão ocorreu ao longo de um século. No entanto, com a gestão de Juscelino Kubitschek, o transporte terrestre por rodovia foi priorizado, contribuindo para o declínio da rede ferroviária (Silva, 2020).

Com a desestatização da RRFSA, nos anos 1990, a parcela operacional ficou com as concessionárias e os bens não operacionais que tinham valor histórico foram transferidos ao Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). Os demais, passaram à União, para que fossem leiloados a fim de amortizar as dívidas da antiga estatal. A pesquisadora Eutalita Silva resume o que sobrou do complexo:

[...] o Pátio das Cinco Pontas foi sendo paulatinamente esquecido e sucateado. Desde o encerramento das atividades dos armazéns e a

extinção da rede ferroviária, o espaço, que abriga o que restou das instalações portuárias e ferroviárias, desde armazéns, trilhos e moradias dos antigos funcionários da RFFSA, tornou-se obsoleto. (Silva, 2020, p.36)

O terreno de 101,7 mil metros quadrados situa-se em localização privilegiada, especialmente pela vista, tornando-se extremamente atrativo para a especulação imobiliária. Soma-se a isso, o fato de que Recife é uma das menores capitais do Brasil, em termos espaciais, e, portanto, poucos são os espaços que podem comportar grandes empreendimentos, tornando as antigas áreas industriais regiões de grande interesse para a construção civil, com foco em edificações de alto padrão (Silva, 2020).

Assim, o projeto Novo Recife³ é concebido nesses termos e tem como localização a área do Cais Estelita, depois da aquisição do terreno com os armazéns remanescente, em leilão, por um valor de R\$ 55 milhões de reais, no ano de 2008. O projeto, que previa oito edifícios residenciais, com 20 a 40 andares, foi apresentado ao Conselho de Desenvolvimento Urbano (CDU) em 2011, onde houve a primeira contraposição da sociedade civil ao projeto, através da fala do professor Tomás Lapa, representante do grupo Direitos Urbanos⁴ (Silva, 2020).

Nessa ocasião, foram questionados temas como a preservação do patrimônio ferroviário, acesso à paisagem, o modelo centrado na verticalização, com a sobrecarga viária, no saneamento e no abastecimento de água, além do esvaziamento da ocupação do espaço por pedestres. No caso do patrimônio cultural, consta que o Pátio Ferroviário de Cinco Pontas, parte do terreno do Cais, foi incluído na lista do Patrimônio Cultural Ferroviário pelo Iphan em março de 2015⁵. Hoje, apenas consta na lista um “armazém com características de casario no Pátio Ferroviário de Cinco Pontas”, incluído em maio de 2010 (Silva, 2020).

O #OcupeEstelita, depois denominado Movimento Ocupa Estelita, surgiu após a primeira audiência pública sobre o projeto em março de 2012, como uma das ações do grupo Direitos Urbanos (Silva, 2020). Já articulados com outros

³ O consórcio responsável pela construção é formado por quatro empresas: Ara Empreendimentos, GL Empreendimentos, Moura Dubeux Engenharia e Queiroz Galvão. Disponível em: <https://jc.ne10.uol.com.br/blogs/jamildo/2019/03/25/veja-o-que-preve-o-projeto-novo-recife-no-cais-jose-estelita/index.html>.

⁴ O grupo Direitos Urbanos | Recife surgiu da articulação de pessoas interessadas em política e preocupadas com os problemas da cidade do Recife e participam do grupo pessoas de diversas áreas, com diferentes graus de experiência no setor privado ou nos governos. Disponível em: <https://direitosurbanos.wordpress.com/about/>

⁵ Notícia divulgada pelo Diário de Pernambuco, em 2019.

segmentos, inclusive os Ministério Público Estadual e Federal, o grupo convocou para uma ocupação-manifesto em abril, inspirado no movimento estadunidense *Occupy Wall Street*, chamando a atenção para a área do Cais e propondo outras formas de ocupação (Azevedo, 2017).

Outros eventos ao longo de 2012 e 2013, ainda ligados ao grupo Direitos Urbanos, e, em 2014, o Movimento Ocupa Estelita torna-se autônomo, tendo como lema “Ocupar e resistir”. A resistência concretizou-se, quando, mesmo com decisão judicial suspendendo a obra por falta de licenciamento, o consórcio iniciou a demolição dos armazéns, por volta das 22h30, com autorização do Município. Frente a esse fato, o movimento ocupou a parte interna do local e ali ficou por cerca de 30 dias, o que teve grande repercussão pela presença da imprensa estrangeira que cobria os eventos da copa (Azevedo, 2017).

A reintegração de posse deu-se de forma violenta pela Polícia Militar de Pernambuco e o projeto de lei que permitiu a construção do empreendimento acabou sendo aprovada em 04 de maio de 2015, a portas fechadas, impedindo a população de acompanhar, e sem considerar emendas e os devidos pareceres das comissões internas (Azevedo, 2017).

Em setembro de 2015, a Polícia Federal anunciou a investigação sobre fraude no leilão do Cais e, em novembro, houve sentença judicial que o anulou, sendo revertida depois pelo Tribunal Regional Federal da 5ª Região (TRF5) em dezembro do mesmo ano. Com as eleições de 2016 para prefeito, o debate sobre o destino do Cais Estelita voltou à mídia (Azevedo, 2017).

Também em 2016, o Ministério Público Federal ingressou com uma ação civil pública, pedindo a anulação das reuniões havidas entre 27 de novembro e 22 de dezembro de 2015 no CDU e que o Município do Recife se abstivesse de praticar “atos administrativos” na área contemplada pelo projeto, no Cais José Estelita. Já o TRF5 decidiu que não havia motivos legais para impedir a construção do empreendimento, em novembro de 2017. (Cais José Estelita, 2019). O Ministério Público Federal recorreu ao Superior Tribunal de Justiça e ao Supremo Tribunal Federal em 2018, mas não obteve sucesso em sua demanda (Silva, 2020).

As vendas começaram antes da liberação da construção, no início de 2019, mas, logo depois, o parecer do Iphan liberou o embargo, argumentando que “a área não é valorada como Patrimônio Ferroviário ou tombada como Patrimônio Cultural Brasileiro competindo ao Órgão apenas ‘avaliar o impacto do empreendimento ao

patrimônio arqueológico no escopo do licenciamento ambiental” (Silva, 2022, p. 56). Em 30 de março de 2019, as últimas paredes dos dois armazéns ruíram frente às escavadeiras (Silva, 2020).

Conforme notícias de jornal, o projeto atualmente é composto por treze prédios, que variam de 12 a 38 andares, também com unidades diferenciadas, sendo dez edifícios residenciais, um hotel com 308 leitos, um empresarial e um misto, com flat e empresarial (Melo, 2019). Estão sendo construídas as três primeiras torres, duas residenciais e uma de flats. A jornalista Adriana Guarda assim descreve uma das edificações:

Com 38 pavimentos, o residencial Mirante do Cais é formado pelas torres norte e sul. O Mirante do Cais concentra os maiores apartamentos já construídos pela MD [Moura Dubeux] no Recife, com tamanhos entre 226 m² e 268 m², sendo dois por andar. As unidades já estão à venda e um apartamento decorado está sendo concluído para visita pelos clientes.

Projetado para o público AA, os apartamentos têm preços entre R\$ 2,3 milhões a R\$ 3,1 milhões. Segundo consultor procurado pelo JC [Jornal do Commercio], valor suficiente para adquirir uma mansão em bairros de luxo de cidades da Região Metropolitana do Recife. As unidades terão quatro suítes, lavabo, salas de estar e jantar, varanda gourmet, dependência completa e quatro garagens. (Guarda, 2021, s/n)

O título e a chamada da matéria são irônicos: “Depois do Ocupe Estelita, primeiros apartamentos do Novo Recife, de até R\$ 3,1 milhões, ganham forma e vista. Veja imagens”. A luta do Movimento Ocupe Estelita, assim como do grupo Direitos Urbanos, tem sido para que o desenvolvimento urbano seja democrático, sem precisar apagar o passado e respeitando o Estado Democrático de Direito. Exatamente o oposto do projeto Novo Recife.

2.b *Cais Mauá*

A história do Cais Mauá remonta ao ano de 1833, mas, apenas em 1911, celebrou-se um contrato para sua implantação, num trecho de 140 metros da face norte da península, o qual seria objeto de um grande aterro sobre o Rio Guaíba. Em 1914, a Prefeitura realizou o Plano Geral de Melhoramentos, primeiro trabalho de

urbanização para a capital, que visava incorporar aquela intervenção de proporções inéditas a um projeto amplo de modernização do centro da cidade (Franco, 2006).

A construção do conjunto de armazéns e o prédio em estilo *Art Deco* deu-se por mais de três décadas, tendo sido concluídas em 1947. Juntamente à Usina e chaminé do Gasômetro, e Igreja das Dores, compõe, hoje, um perfil inconfundível que se transformou em uma das imagens mais simbólicas da cidade.

Por sua importância arquitetônica e paisagística, o Pórtico e Armazéns que o ladeiam são bens tombados pelo Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), processo nº 1-047-T- 81, e os demais armazéns, pelo Município de Porto Alegre. São também protegidos, em âmbito municipal, o Edifício Sede DEPREC (atual SPH), e o pavimento de granito da parte externa do Cais, bem como as gruas internas dos armazéns e os guindastes junto à orla.

Desde o início dos anos 1990, foram muitas as iniciativas públicas para dar novo uso à área, mas sem sucesso. Em 2007, o Governo Estadual, com participação de representantes da iniciativa privada, lançou o edital de Revitalização do Cais Mauá. Em 2010, o contrato foi assinado e os vencedores encarregaram-se de desenvolver um plano de negócios que estabeleceu as características gerais do projeto em andamento.

Entretanto, o consórcio que venceu a licitação descumpriu cláusulas contratuais, gerando um processo administrativo no Tribunal de Contas do Estado (TCE-RS). Com a mudança do governo estadual, em 2020, houve o rompimento do contrato, por parte do Estado, com o local permanecendo fechado por dez anos.

Na sequência, o governador Eduardo Leite anunciou que o Cais seria loteado e parcialmente vendido, agravando as consequências nefastas advindas da utilização de “planos de negócio” para a iniciativa privada, em vez de um projeto surgido do diálogo com os diferentes grupos sociais e cujo objetivo principal fosse o interesse público.

Desde a rescisão, houve inúmeras tentativas de audiência com o governador e com o prefeito de Porto Alegre, sem resposta. Acionado o Ministério Público de Contas, que já acompanhava o desenrolar do antigo projeto de revitalização, foi possível um primeiro encontro entre o Estado, na figura de dois secretários, e representantes da sociedade civil, tendo o Procurador-Geral feito a intermediação.

O trâmite do governo foi a apresentação de um *masterplan*, para investidores, comerciantes, construção civil, prestadores de serviço e sociedade civil. Porém, não

se teve retorno acerca das sugestões da população. Houve um início de negociação com o Estado, mas, novamente não se tem certeza de que o pouco que se conseguiu acordar será efetivamente implementado.

3. Instrumentos utilizados nos processos de apagamento e de manutenção de pertencimento

3.a *Estratégias de Apagamento*

O processo de apagamento de uma cultura é uma estratégia antiga e conhecida, aqui, desde os tempos da colonização na América Latina. Era prática dos invasores dizimar as identidades culturais nativas através do emprego de regramentos e da superposição de prédios em lugares que eram considerados sagrados, com o objetivo de “civilizar” os indígenas, a partir de uma visão etnocêntrica. Retirar seus referenciais, era a forma de atingir a coletividade, suprimindo as memórias concretas que sustentavam “a conceituação do mundo na ótica dos indígenas” da época (Medeiros; Santos, 2019, p. 9). Le Goff relaciona o apagamento à disputa de poder:

[...] a memória coletiva foi posta em jogo de forma importante na luta das forças sociais pelo poder. Tornar-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva (Le Goff, 1984, p.13).

De volta ao presente, no que diz respeito ao patrimônio cultural edificado, as formas de apagamento material podem incluir práticas tais como incêndio criminoso, demolição legal ou ilegal, descaracterização do imóvel (hoje possibilidade incluída pela Lei Municipal n.º 12.585/2019) e ausência – proposital ou não – de manutenção da edificação, pelo poder público ou pelo proprietário. No caso do proprietário privado, o motivo mais comum é liberar o terreno para nova construção; quando se trata do poder público, a negligência em relação à manutenção dos bens culturais pode decorrer de ausência de políticas públicas voltadas ao patrimônio cultural,

incluindo redução ou inexistência de recursos financeiros, até programas de governo nos quais há a convicção de que imóveis antigos estão em oposição ao desenvolvimento econômico.

Nos casos do Cais Estelita e do Cais Mauá, é significativo o papel que o poder econômico teve na anunciada “revitalização” desses lugares. Sua localização privilegiada, na orla das cidades, é um atrativo para investidores, motivo pelo qual o poder público trata a proposta como plano de negócios, dentro da concepção de cidade como mercadoria. Nesse sentido, Vainer relaciona esse fenômeno à gestão pública:

Talvez esta seja, hoje, uma das ideias mais populares entre os neoplanejadores urbanos: a cidade é uma mercadoria a ser vendida, num mercado extremamente competitivo, em que outras cidades também estão à venda. Isto explicaria que o chamado *marketing urbano* se imponha cada vez mais como uma esfera específica e determinante do processo de planejamento e gestão de cidades. Ao mesmo tempo, aí encontramos as bases para entender o comportamento de muitos prefeitos, que mais parecem vendedores ambulantes que dirigentes políticos. (Vainer, 2009, p.78)

O autor ainda aponta que, nesse modelo, a intervenção estatal deve ser clara e decisiva, mas no sentido de que esteja orientada aos “interesses constituídos e dominantes do mercado” e “a parceria público-privada assegurará que os sinais e interesses do mercado estarão adequadamente presentes, representados, no processo de planejamento e decisão” (Vainer, 2009, p.86-87).

Como se vê, esse paradigma foi aplicado nos casos de Recife e Porto Alegre. Na capital gaúcha, existe a proposta da parceria público privada em relação à parte tombada do Cais, não muito atrativa financeiramente à construção civil, através de concessão por 30 anos; mas se desfaz de patrimônio público, na região das docas, vendendo-a para a construção de nove torres, sete delas residenciais, cuja altura supera, e muito, o estabelecido pelo plano diretor.

No outro lado do país, no projeto Novo Recife, houve a venda de patrimônio público, por preço considerado menor do que o de mercado⁶ para a iniciativa privada, indo ao encontro da especulação imobiliária. A proposta do empreendimento desconsidera o entorno e a história da cidade, além de impactar na

⁶ De acordo com a tese de doutorado de Eutalita Bezerra da Silva, 2020, p. 44.

paisagem e impactar nas condições ambientais e de infraestrutura, também indo além do que o plano diretor determinava.

Feito um pequeno apanhado contextualizando as condições criadas para que os projetos de recuperação fossem apresentados em termos de planos de negócio, cabe avaliar de que forma ocorre o apagamento como estratégia de acolhimento das propostas pela população e, com isso, legitimando as decisões, mesmo que contrárias ao interesse público, destacando a negligência com a manutenção do bem e o enfraquecimento de seu poder simbólico.

3.a.i. Cais Mauá: a fotografia da carteira de identidade de Porto Alegre

A simbologia presente no Cais Mauá advém de uma miríade de fatores que tornam o lugar tão emblemático, a começar pela relação do porto com a história e a paisagem de Porto Alegre. A constituição da cidade iniciou pelo Cais – não é à toa que ela tem porto em seu nome –, por onde entravam os mantimentos e eram recebidas embarcações, viabilizando o desenvolvimento urbano (Franco, 2006). Foi considerado porta de entrada da cidade, fato comprovado pelo projeto do Palácio Piratini, sede atual do governo estadual, construído prevendo uma larga avenida ligando-o com o Cais, trecho que foi tombado pelo Iphan em 1999 (Programa Monumenta, 2010).

Mesmo após o término das funções portuárias, o Cais do Porto recebeu inúmeras atividades, em particular, culturais. Abrigou parte da tradicional Feira do Livro de Porto Alegre, registrada como patrimônio imaterial da cidade, e várias edições da Bienal de Artes Visuais do Mercosul; foi local de gravação de filmes e um dos espaços onde aconteceram apresentações de peças do festival municipal de teatro Porto Alegre Em Cena; recebeu o 1º Fórum Social Mundial (2001), que deu visibilidade internacional para Porto Alegre; diversas feiras de mercadorias, como produtos da agricultura familiar e orgânicos, vestuário, mobiliário, cervejas artesanais, artesanato; shows e eventos.

Outra característica importante é que o Cais faz parte da paisagem cultural que identifica a capital. Para a população, é um lugar emblemático, como se pode ver no trecho inicial da crônica de Bem Berardi, “O sorriso nos dentes da cidade”:

Cada vez que retornava de uma viagem aérea [...] tinha um momento que era o mais aguardado. Nunca poderia estar dormindo ou distraído. Era quando o avião ia além do Guaíba e fazia uma curva em retorno, onde nossa vista podia reencontrar os armazéns do Cais do Porto. Seus amarelos e carmim, suas paredes de alvenaria e portões gigantes de ferro, sem o muro, pois a manobra o tinha enganado fazendo a volta pelo outro lado, e ele não conseguia proibir meu olhar. Aquele casario à beira do Guaíba parecia os próprios dentes da cidade, mostrados em um sorriso que comprovava o adjetivo do Porto, o Alegre (Berardi, 2021, p.45).

Esses elementos de história, memórias afetivas, passagem do tempo e o espaço territorial vão compor a paisagem cultural, de acordo com o conceito trazido por Flávia Nascimento, arquiteta, e Simone Scifoni, geógrafa:

[...] paisagem cultural traz a marca das diferentes temporalidades da relação dos grupos sociais com a natureza, aparecendo, assim, como produto de uma construção que é social e histórica e que se dá a partir de um suporte material, a natureza. A natureza é matéria- prima a partir da qual as sociedades produzem a sua realidade imediata, através de acréscimos e transformações a essa base material (Nascimento; Scifoni, 2010, p. 32).

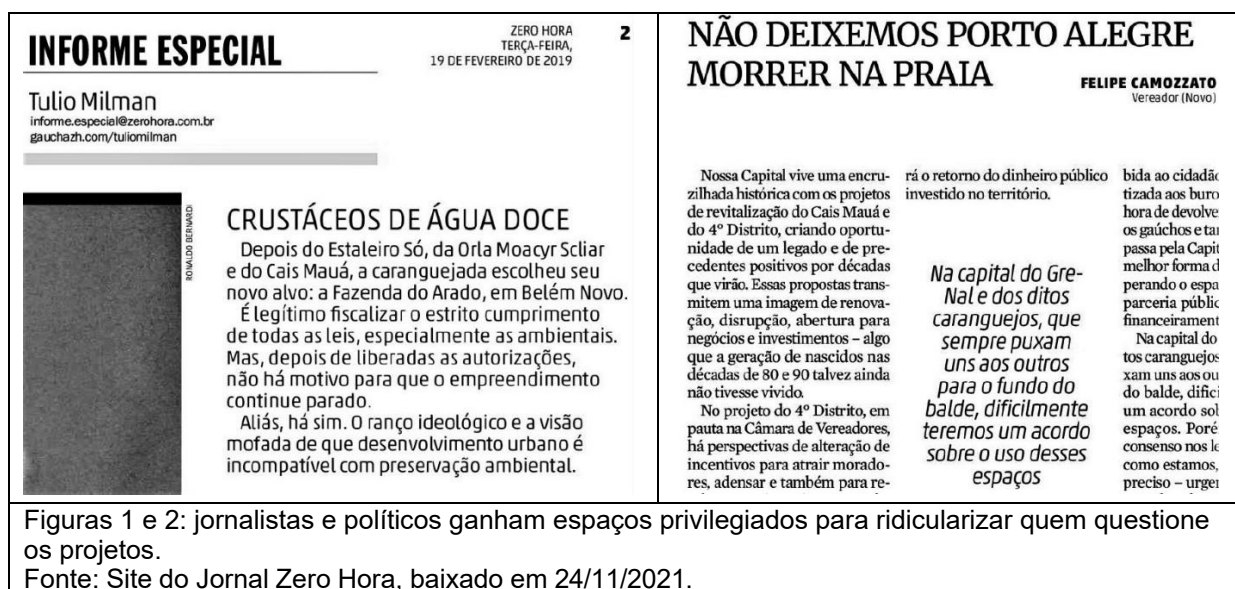
A paisagem cultural do Cais é o resultado da integração entre o ambiente natural e o construído, mas essa mera integração é insuficiente; o que torna cultural a paisagem, é a utilização do lugar, ou seja, a transição se dá através de sua dimensão social. Os componentes arquitetônicos de suas construções, que compõem o patrimônio edificado ou material, e a paisagem natural, na qual o Rio Guaíba representa um componente fundamental, que se alia à estética das construções antigas do porto, formam o conjunto expressivo e simbólico.

Portanto, a paisagem cultural do Cais do Porto consolidou-se como identidade de Porto Alegre, imagem pela qual seus cidadãos se reconhecem e têm seu referencial territorial, um marco que a distingue de qualquer outra cidade. Como se vê, a estética da paisagem constitui-se a identidade, como entende o filósofo italiano Paolo D'Angelo, por traduzir a especificidade de cada lugar (D'Angelo citado por Vieira; Verdum, 2017).

No que diz respeito à deterioração dos armazéns, pórtico e prédio, ela aponta para a urgência da restauração, posto que são bens tombados, demandando um aporte financeiro, que o poder público invariavelmente alega não possuir, justificando, então, a participação da iniciativa privada. No caso específico do Cais

Mauá, durante os dez anos em que esteve fechado, por conta do consórcio inapto, o processo de deterioração foi denunciado, já que existia cláusula contratual para que o investidor fizesse a manutenção e a restauração do patrimônio cultural.

Como o Governo do Estado era conivente com a situação, nada foi feito durante aquela década, e qualquer manifestação dos movimentos sociais era atacada e ridicularizada por políticos de apoio ao governo e por parte da mídia, especialmente, a chamada oficial (Figuras 1 e 2). São condutas que demonstram que a degradação programada dos bens pela inércia e descaso do Estado tornou-se uma estratégia muito utilizada, quando o Poder Público pretende enfraquecer a resistência aos projetos que têm como parâmetro a cidade-mercadoria.



Figuras 1 e 2: jornalistas e políticos ganham espaços privilegiados para ridicularizar quem questione os projetos.

Fonte: Site do Jornal Zero Hora, baixado em 24/11/2021.

A proibição de entrada do público na área do cais também é estratégica, na medida em que afasta as pessoas do local, debilitando diariamente os laços de memória e pertencimento da população com aquele ícone. Essa é a leitura do Professor Eber Marzulo, em seu artigo “A Cidade Escondida: dos Tapumes como Estratégia de Apagamento da Memória”, registrando a necessidade de explicar aos mais jovens o motivo pelo qual a cidade tem porto em seu nome:

Área que constituiu um sentido de pertencimento aos corpos e olhares em seus usos cotidianos e comuns e também cujos usos e incidência de corpos e olhares a constituiu. Muros e tapumes para apagar a memória da cidade e inserir usos privados em antigos espaços públicos. A estratégia de apagamento do espaço começa antes da inauguração da própria intervenção urbana. Inicia ao

separar a área sob intervenção da visão dos transeuntes e usuários urbanos. (Marzulo, 2017, p. 165)

Prosseguindo, o autor faz a relação entre a ausência de memória e a anêmica cidadania que se percebe na atualidade. Explica que o apagamento da memória do espaço público dificulta a construção do sentido de compromisso comum para com a cidade, e tal esmaecimento ocorre fundamentalmente pela mudança das formas de usos daquele espaço. Ainda, ele é transformado, longe da vista dos transeuntes, desencadeando um sentimento de perda daquele espaço, antes público, que é substituído pelo espaço privatizado: “assim à cidade se apresentará o novo espaço enquanto recuperação, mesmo que privada, de um espaço que esteve durante um longo período perdido. A perda do espaço público se torna ganho de um espaço” (Marzulo, 2017, p.167).

3.a.ii Cais Estelita: corpos ocupando a cidade⁷

A área do Cais José Estelita é marcante para o Recife por vários motivos: é patrimônio cultural da cidade e, como espaço aberto, integra passado e presente com a natureza; conecta o bairro histórico de São José ao de Boa Viagem, esse marcado por construções modernas (Costa, 2016). Numa análise mais voltada ao patrimônio cultural, Beatriz Kirzner (2021) aponta conflitos do projeto Novo Recife com as referências históricas e culturais relacionadas com o lugar.

Segundo a autora, o Pátio das Cinco Pontas está diretamente relacionado com o processo de desenvolvimento urbano, sendo um sítio industrial, de valor histórico e cultural, configurando um símbolo da memória ferroviária regional e nacional. Sua tipologia é composta por edificações e estruturas características da arquitetura industrial brasileira e, junto com o porto, constitui a paisagem cultural das cidades, especialmente as litorâneas, cujo modo de produção era o recebimento e o escoamento de mercadorias (Freire citado por Kirzner, 2021). Ainda, estudos técnicos do Iphan destacaram a importância do vazio espacial do pátio, oriundo das atividades lá desenvolvidas, mas também como estratégia defensiva, marcando sua relação com o Forte das Cinco Pontas. O historiador Adler Homero Fonseca de

⁷ Expressão usada por Julie Cruz e Costa, em seu artigo “Itinerário de uma intervenção urbana: o movimento #OcupeEstelita e a luta pelo direito à cidade no Recife”, na Revista Percursos.

Castro, em seu parecer técnico integrante ação judicial⁸, aponta que o amplo espaço livre e interligado com o mar era vital para a proteção do forte e da cidade, na medida em que também era local estratégico contra eventuais ataques vindos por terra (Kirzner, 2021).

O valor arquitetônico do Pátio das Cinco Pontas se traduz pelo conjunto tipológico diverso, marca de sua adaptação às atividades ao longo dos anos, abrangendo espaço produtivo e espaço de moradia. Da perspectiva da arqueologia, o terreno contém vestígios e objetos que demonstram os avanços científicos e tecnológicos decorrentes e condicionante da Revolução Industrial europeia, conforme parecer acima citado (Kirzner, 2021).

Outro aspecto fundamental a ser considerado diz respeito à ambiência e à paisagem cultural relacionadas ao Cais José Estelita. O empreendimento ocupará uma área no bairro histórico de São José que, em conjunto com os bairros Santo Antônio e Recife, compõe o Centro Histórico da cidade. A execução do projeto trará danos para a visibilidade e para o conjunto urbano formado Santo Antônio e São José, que abrigam dezesseis bens tombados pelo Iphan, com exemplares de construções dos séculos XVII, XVIII, XIX e começo do século XX, acervo que traduz os diferentes tipos de ocupação e que caracterizam a história urbana da capital (Kirzner, 2021). A arquiteta Beatriz Kirzner conclui citando Veras (2014):

Fazer parte deste conjunto preservado indica a existência de referenciais históricos, que isolados ou em conjunto e sobre um sítio natural singular – solo plano fixado por manguezais, conquistado pelo recuo do mar e avanço dos rios, característicos deste estuário (Mesquita, 2004) –, constituem a paisagem de mais de quatro séculos do centro do Recife e que melhor evidencia os seus Cartões- postais, ao expressar, simbolicamente, parte da memória recifense (Veras, 2014, p.40 citado por Kirzner, 2021, p.30).

Para além dos impactos culturais e ambientais, há outros tipos de prejuízos, esses diretamente ligados ao direito à cidade, cerne da mobilização em defesa do Cais. Considerando-se que, conforme ensina Bourdier (1997 citado por Silva, 2020), há uma relação entre o espaço físico e os agentes, constituindo uma hierarquia

⁸ Parecer técnico sobre o Pátio Ferroviário das Cinco Pontas, 2010 citado na Ação Civil Pública nº 2451, 2013.

social, o espaço social, ocorre uma naturalização do fato de que alguns agentes ocupem determinados lugares e outros não (Silva, 2020).

Nesse sentido, é visível a segregação decorrente do declínio do espaço público com a expansão da esfera privada, que ganhou expressão na medida em que a produção do espaço urbano faz parte de um processo de mercantilização da cidade. Com isso, há uma premissa tática de que é preciso retirar os pobres como medida de higienização, promovendo a “modernização” (Cardoso; Nascimento, 2019).

Assim, o processo de apagamento começa com o discurso de revitalização, de requalificação, de regeneração, decretando que aquele local está morto, desqualificado, destruído. Esse menosprezo e depreciação não levam em conta os valores intrínsecos do lugar, por serem considerados incompatíveis com as necessidades do capital (Cardoso; Nascimento, 2019). No caso do Cais Estelita, como em muitos outros, existem diferentes memórias, para atores distintos em diferentes temporalidades e territorialidades, entendendo o lugar a partir de “percepções, concepções, relações e vivências distintas em relação a ele” (Silva, 2020, p.66).

Essas relações com um determinado espaço são construídas ao longo do tempo, através de experiências e memórias que estão diretamente associadas ao local socioeconômico ao qual pertence o indivíduo (Silva, 2020). Mas este processo sofre interferências em sua construção, dentre elas destaca-se o papel do jornalismo hegemônico, que costuma reproduzir os valores caros ao poder econômico.

Na esteira da desqualificação, desacreditar e menosprezar os agentes que se opõem a esse processo também tem sido uma estratégia de apagamento, ampliada e repercutida, na maioria dos casos, pela mídia tradicional. Tal fato é constatado pelo grande espaço concedido ao consórcio, para a divulgação do projeto, em 2013, com o título “Presente e futuro do Cais José Estelita”, cujo significado é traduzido por Lúcia Cavalcante Veras, em sua tese de doutorado⁹:

Nesta apresentação, adota-se como estratégia o contraponto entre o presente existente e o futuro proposto: abandono versus cuidado, violência versus segurança, desemprego versus emprego, falta de

⁹ Paisagem postal: a imagem e a palavra na compreensão de um Recife urbano, Lúcia Maria de Siqueira Cavalcanti Veras, 2014.

oportunidades versus oportunidades, o “inferno” versus o “céu”. O estratagema consolida duas situações de contraste – uma por de trás da linha da borda, horizontal e decadente ainda que histórica e a outra borda, vertical, paradisíaca e moderna. Velho Recife versus o novo Recife. (Veras, 2014, p. 58 citado por Azevêdo, 2017, p.58).

Com isso, gerou-se um embate entre os ativistas e grande parte da população, que os qualificou de “desocupados”, por não compreender como era possível que alguém se opusesse a um “projeto tão bom” (Azevêdo, 2017). A tese de Eutalita Bezerra da Silva (2020) sobre o papel do jornalismo na construção do ideário sobre o Cais José Estelita traz reflexões importantes sobre este processo.

Em suas conclusões, a autora diz que o Diário de Pernambuco, ao longo dos anos, “ensinou os recifenses a olhar para aquela área como o que não era”, o que de certo modo, deu espaço para o discurso messiânico das construtoras, sem considerar que o paraíso prometido não era para todos. Descrevendo o espaço como deplorável, indigno, violento, construiu uma realidade social, desprovendo o Cais de qualquer sacralidade, podendo assim ser tomado sem dificuldades. O único aspecto positivo trazido pelo jornal sempre foi a paisagem, descrita como subaproveitada e acrescida a necessidade de que fosse explorada comercialmente. Conclui seu pensamento dizendo que “a negação, a exclusão, o silenciamento também foram (des)construtores daquela realidade (Silva, 2020, p.157-158).

Por fim, é necessário lembrar que a atuação do sistema judiciário teve reflexo na desconstituição do lugar, como âncora de memória, e viabilizando o processo de gentrificação. É emblemático o caso da Promotora de Justiça Belize Câmara, que era lotada na Promotoria de Defesa do Meio Ambiente de Recife, que por sua atuação contundente em defesa do Cais, foi afastada do caso, sendo realocada na Promotoria da Infância e Juventude em Jaboatão dos Guararapes, numa evidente ação para paralisar as investigações em curso, ensejando uma nota de apoio à promotora por parte da Associação do Ministério Público de Pernambuco (Azevêdo, 2017).

3.b Manutenção do pertencimento

Se por um lado existe uma tática para o apagamento dos cais, facilitando a implementação de uma visão neoliberal da cidade, por outro, houve, e há, resistência por parte da sociedade civil, no intuito de assegurar o acesso

democrático aos bens históricos, aos espaços públicos e à cultura, através de sua produção e/ou fruição. Esta resistência está ancorada nas memórias materiais e no patrimônio imaterial, e usa a cultura como ferramenta.

3.b.ii. Cais José Estelita e o Movimento Ocupa Estelita

Paralelo a outras ações que aconteciam no mundo, como a Primavera Árabe e o #OccupyWallStreet, a mobilização em defesa do Cais deu seus primeiros passos em 2012, contemplando protestos, atividades, ações junto ao Ministério Público e engajamento no Conselho da Cidade ao longo do tempo. A atuação deu-se contestando a falta de escuta da população e o abandono do Estado, nos anos 1980-1990, sendo apontado pelo Jornal do Comércio como 20 anos de abandono da área do Cais do Porto de Recife (Azevêdo, 2017).

Quando aconteceu a ocupação do Cais, para evitar a demolição dos armazéns pela construtora, em maio de 2014, o movimento realizou diariamente debates políticos, atividades culturais e aulas públicas sobre temas variados e relacionados à democracia, urbanismo e comunicação. Recebeu apoio de vários artistas, intelectuais e outras organizações da sociedade civil, além da visita, nos finais de semana, de mais de cinco mil visitantes ao acampamento, no qual, pelo menos, 40 ativistas permaneciam em vigília (Costa, 2016).

A ocupação foi dissolvida com truculência, com bombas de efeito moral e tiros de borracha, mas recebeu apoio de várias organizações, nacionais e internacionais, através de notas repúdio. A partir daí, iniciou-se a fase de ajuizamento de ações, assim como de atos políticos e culturais espalhados pela cidade (Costa, 2016).

Como resultado deste conjunto de ações, houve a anulação do leilão, por fraude investigada pela Polícia Federal, em novembro de 2015, mantida até 14 de novembro de 2017, quando o TRF5 decidiu que o leilão foi legal, acórdão que foi mantido pelo STJ. O parecer do Iphan liberou o empreendimento em 21 de março de 2019 e, em 25 de março, o consórcio iniciou a demolição dos armazéns, que foi concluída em 31 do mesmo mês (Kirzner, 2021) e, em 2021, foi entregue a primeira etapa da obra.

Independentemente dos resultados em relação ao Cais, alguns ganhos obtidos pelo Movimento Ocupa Estelita podem ser apontados. O primeiro deles foi sinalizar para um novo paradigma de mobilização, usando as redes sociais, até

porque não havia espaço nas grandes mídias do estado. A pesquisadora Ana Azevêdo entende o processo sob a seguinte perspectiva:

A forma de apresentação do Movimento#OcupeEstelita, entre a ocupação e o manifesto, exteriorizada e propagada pelas mídias sociais, é um dos diferenciais do movimento, permitindo a discussão acerca das contribuições do movimento para a cidadania ativa e a resistência, perpassando sobre a possibilidade e a capacidade de os movimentos urbanos poderem influir, a partir de sua prática, para a produção do direito e de políticas públicas que se relacionem a sua pauta dentro e para além dos espaços institucionalizados de debate. (Azevêdo, 2017, p.79)

Entretanto, o grupo tinha noção das limitações dessa forma de comunicação: “O filósofo Leonardo Cisneiros, um dos integrantes do DU [Direitos Urbanos], explica que uma característica importante do coletivo é levar as discussões virtuais a se desdobrarem em ações no mundo real” (Azevêdo, 2017, p.56).

A mobilização chamou a atenção para o que estava acontecendo com o lugar, apontando para os valores histórico e cultural do Cais, assim como para o processo de abandono programado pelo poder público, a fim de facilitar e justificar o investimento e controle da iniciativa privada. As ações do coletivo transpuseram fronteiras, tendo sido notícia no país e no exterior, inspirando outros movimentos, como aconteceu no caso do Cais Mauá, em Porto Alegre.

A estratégia de ocupação tornou visível a insatisfação popular no âmbito das disputas entre o mercado imobiliário e o direito à cidade, sendo esse reconhecido como direito à fruição do espaço social. Dessa forma, colocou em prática o exercício da democracia direta, conforme determinado na Constituição Federal, demandando que a população participe ativamente das decisões sobre a cidade e não apenas para legitimá-las (Cardoso; Nascimento, 2019).

O uso de atividades culturais mostrou-se bastante eficiente, assim como a disponibilização de informações acessíveis pela internet. Em relação ao último ponto, no blog do grupo Direitos Urbanos, há uma sistematização de informações, com documentos, clípgem, vídeos, estudos, referências, FAQ, entre outras, sobre o projeto Novo Recife, indo até questões pertinentes ao direito à cidade. Sobre a FAQ, traz as respostas às dúvidas que são continuamente alimentadas pelo mercado em conjunto com o poder público: por que vocês são contra o projeto e o progresso?

por que querem impedir a construção em uma área que estava abandonada e degradada? (Azevêdo, 2017, p 59).

No que diz respeito à cultura, o movimento conseguiu aglutinar capitais culturais e simbólicos em torno da defesa do Cais, na disputa da opinião pública, tornando-se uma arma potente na luta política. Isso se deu pela presença de profissionais que se utilizaram de sua expertise, para contribuir com a causa, muitos com um alto capital simbólico em seus respectivos campos. Maria Eduarda Rocha sublinha a importância da diversidade e da contribuição dessas pessoas:

[...] o Estelita agrega artistas e intelectuais de gerações, formações e áreas de atuação muito diversas. Pesquisadores e professores universitários de Direito, Arquitetura, Urbanismo, Comunicação, Filosofia, Sociologia etc. usam extensamente os seus capitais cultural, social e simbólico para empreender e legitimar ações culturais dos mais variados tipos, desde a publicação de artigos até a organização de seminários. (Rocha, 2019, p.181)

No entanto, ela pondera que, mesmo que as linguagens culturais sejam imprescindíveis para o avanço da luta, ainda existem muitas limitações. Exemplifica, dizendo que o alcance da produção audiovisual é limitado, pois mesmo com a inclusão de pautas, como a moradia popular e do comércio popular, não foi possível criar uma aliança mais forte com as classes populares. A autora conclui que a luta em defesa de direitos coletivos não incide de maneira direta na sobrevivência imediata dessa população, pois a participação efetiva demanda tempo, que é quase completamente utilizado para a sua subsistência (Rocha, 2019).

Finalizando, é possível se constatar um significativo empoderamento daqueles que participaram do movimento, descrito por Costa (2019), ela própria ativista, como uma tomada de consciência sobre as possibilidades de intervenção social, de forma paralela ao surgimento de um amplo senso crítico por parte da coletividade. Desta forma, as práticas decorrentes do ato de participar, tanto para os membros de coletivos quanto para a sociedade em geral, incluindo o poder público, têm a capacidade de gerar aprendizado e saberes no exercício ao direito à cidade.

3.b.i Cais Mauá e o Coletivo Cais Cultural Já

No enfrentamento iniciado em 2010, exigiu-se, do governo estadual, transparência, participação popular e legalidade dos processos, e a estratégia era

informar e aproximar a população do Cais. Apesar de proibida a entrada das pessoas no local, protegido por uma equipe de segurança particular, a aproximação dava-se pela realização de eventos culturais numa travessa que se situava em frente ao pórtico. Eram grandes eventos, nos quais artistas porto-alegrenses apresentavam-se em solidariedade à causa e entre as apresentações, sempre havia falas que traziam a razão do ato e informações sobre a tramitação do processo de revitalização teoricamente em curso.

Também foram realizadas feiras nas praças próximas ao Cais como forma de atrair e sensibilizar a opinião pública, mostrando a existência de alternativas, especialmente a proposta de um centro comercial na orla. Além disso, o movimento utilizou as redes sociais disponíveis então, em particular, o *Facebook*.

No entanto, não houve espaço, nos jornais de grande circulação, para que fossem feitos questionamentos sobre o projeto e se eventualmente uma das falas do movimento fosse viesse a público, ela era interpretada, pela grande mídia e parte da classe política, como uma forma de impedir o desenvolvimento urbano e econômico. Diversamente, as falas e manifestações na audiência pública foram quase todas contrárias ao projeto.

Contudo, as questões levantadas na audiência não foram respondidas. O projeto passou por todas as instâncias administrativas do município, no que diz respeito às regras urbanísticas. A Justiça Estadual e Federal nunca examinou o mérito das ações ajuizadas. Apesar disso, o contrato só foi rescindido com a troca do governo estadual, que tem interesse em desafetar parte do terreno para poder vendê-lo.

Para esse novo plano de negócios, a mobilização social utilizou outra estratégia, mais propositiva e com respaldo da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Foi organizado um coletivo que abrangia grande parte dos segmentos culturais, denominado Cais Cultural Já, que começou a pensar na ocupação cultural dos armazéns em conjunto com professores da UFRGS, propondo um projeto de restauração dos prédios tombados e elaborando diretrizes para a ocupação, a ser feito de acordo com as necessidades de cada linguagem cultural.

Como o governo do estado não recebia o coletivo para que este apresentasse suas sugestões ao novo plano de revitalização do Cais Mauá, foi promovida uma coletiva de imprensa, a fim de levar ao conhecimento da sociedade o que estava sendo proposto. Muitos veículos de comunicação compareceram e fizeram a

respectiva divulgação (Figuras 3 e 4). Porém, o grupo RBS, principal empresa jornalística do estado, ignorou o acontecimento. E, pior ainda, no dia seguinte, fez estardalhaço com uma matéria na qual se autopromovia como nova integrante do “Trust Project”, alardeando seu “compromisso com um jornalismo profissional” (Figura 5).

24/11/2021 09:42

Pensar a Cidade, por Bruna Supitz - Grupos propõem projeto cultural para o Cais Mauá

Jornal do Comércio 88

O jornal de economia e negócios de RJ

Porto Alegre, quarta-feira, 24 de novembro de 2021.

Login Assine

Pensar a Cidade CAU/RJ

URBANISMO - Publicada em 23/11/2021 às 18h03min.

Grupos propõem projeto cultural para o Cais Mauá



Professores e estudantes universitários, arquitetos e artistas apresentaram estudo da proposta 'Cais do Porto Cultural'

MARIANA ALVES/UC

Reportagem (<https://www.matinaljornalismo.com.br/categoria/matinal/reportagem-matinal/>)

Ignorados pelo poder público, grupos defendem proposta de reocupação do Cais Mauá pela cultura

23 novembro 2021 por Tiago Medina (<https://www.matinaljornalismo.com.br/autor/tiago-medina/>)

Figuras 3 e 4: Jornal do Comércio e Matinal Jornalismo divulgaram apresentação da proposta “Cais do Porto Cultural”.

Fonte: Sites do Jornal do Comércio e do Matinal Jornalismo, baixado em 24/11/2021.

IMPRENSA

GZH passa a integrar o Trust Project

Reafirmando seu compromisso com um jornalismo profissional de qualidade e transparente, GZH se soma a mais de 240 sites jornalísticos no mundo e, a partir de hoje, passa a integrar o Trust Project.

A partir de pesquisas com os usuários e discussão com representantes de organizações, a iniciativa internacional desenvolveu indicadores de credibilidade para ajudar a imprensa na definição de padrões e a ganhar a confiança do público em fontes de notícias com credibilidade.

Ingressam também agora no projeto o Jornal do Comércio, de Pernambuco, e a Ponte Jornalismo. Os três se juntam a Agência Mural, Folha de S.Paulo, Nexo Jornal, O Povo e Poder 360, que já faziam parte da iniciativa. Entre os parceiros internacionais, estão The Economist, Washington Post e El País.

Com a desinformação ameaçando suas próprias vidas e meios de subsistência, é vital para o brasileiro ter acesso a notícias precisas, justas e honestas. Estamos orgulhosos de ter tantos veículos jornalísticos brasileiros unindo-se ao nosso trabalho e dando um passo à frente para assumir um forte compromisso com a transparência e servir ao público.

MARTA GLEICH
Diretora-executiva de Jornalismo e Esporte do Grupo RBS

A participação de GZH no Trust Project é mais um pacto que fazemos com o nosso público. Reforçamos nossa crença em um jornalismo de qualidade, transparente, que transforma a sociedade pela informação.

sileiro ter acesso a notícias precisas, justas e honestas. Estamos orgulhosos de ter tantos veículos jornalísticos brasileiros unindo-se ao nosso trabalho e dando um passo à frente para assumir um forte compromisso com a transparência e servir ao público – afirma Sally Lehman, fundadora e CEO do Trust Project.

Identificação

O leitor de GZH já pode encontrar uma série de melhorias que o

auxiliam a compreender os processos jornalísticos e a avaliar a integridade e a transparência das notícias. Os marcadores gerados também ajudam os algoritmos de sites de busca, por exemplo, a “enxergarem” o conteúdo como jornalismo profissional confiável.

– A participação de GZH no Trust Project é mais um pacto que fazemos com o nosso público. Reforçamos nossa crença em um jornalismo de qualidade, transparente, que transforma a sociedade pela informação – afirma a diretora-executiva de Jornalismo e Esporte do Grupo RBS, Marta Gleich.

Instituições

O Trust Project é financiado por Craig Newmark Philanthropies, Democracy Fund e Google. As políticas da iniciativa e os indicadores de credibilidade são moldados e aplicados independentemente das fontes de financiamento.

Detalhes

Confira algumas das melhorias já aplicadas em GZH

TIPO DE CONTEÚDO

• No site de GZH, é possível identificar no topo de uma postagem se ela é notícia, opinião, análise, reportagem investigativa, editorial ou conteúdo publicitário

PERFIL DO REPÓRTER

• Quem é o jornalista que escreveu a reportagem? No site de GZH, ao clicar em “Ver Perfil”, na assinatura do repórter, é possível conhecer um pouco mais sobre carreira, área de atuação e prêmios recebidos

PRÁTICAS EDITORIAIS

• Um apanhado de informações sobre as condutas e princípios editoriais de GZH. Leia todos os itens acessando o link destacado ao lado

• As páginas de GZH também contarão, em breve, com o selo do projeto (imagem ao lado)

GZH
Veja detalhes das práticas editoriais em gzh.us/prated

T

Com a desinformação ameaçando suas próprias vidas e meios de subsistência, é vital para o brasileiro ter acesso a notícias precisas, justas e honestas. Estamos orgulhosos de ter tantos veículos jornalísticos brasileiros unindo-se ao nosso trabalho e dando um passo à frente para assumir um forte compromisso com a transparência e servir ao público.

SALLY LEHRMAN
Fundadora e CEO do Trust Project

Figura 5: Jornal Zero Hora publica matéria sobre sua vinculação com o “Trust Project”, ao mesmo tempo em que ignora a coletiva de imprensa do coletivo Cais Cultural Já.

Foi elaborado um questionário, por um grupo de pesquisadores¹⁰, que foi passado às entidades do coletivo e, com estes dados, estruturado um caderno de diretrizes¹¹, com estudos de viabilidade de uso e ocupação dos espaços do Cais, diretrizes de sustentabilidade econômico-financeira e sugestão de gestão compartilhada entre poder público, iniciativa privada e sociedade civil. Foi convocada uma coletiva de imprensa, para a apresentação da proposta, dois dias antes da publicização do *masterplan* encomendado pelo governo do estado, através do BNDES.

O encontro entre o coletivo e o governo do estado deu-se apenas pela intervenção direta do Procurador-Geral do Ministério Público de Contas, dando início a uma série de encontros que resultaram em proposições para o edital de licitação a ser lançado. Entretanto, os avanços foram mínimos, limitando-se dois armazéns menores à cultura, mas não se sabe se o acordo será respeitado

Apesar das reuniões estarem em curso, o poder público manifestou-se, mais uma vez, desqualificando o movimento social. Abaixo, um trecho do artigo do vereador do PSDB, Ramiro Rosário, e do Secretário Estadual Extraordinário de Parcerias Estratégicas, Leonardo Busatto, publicada pelo grupo de comunicação RBS¹² e no site da Câmara Municipal de Porto Alegre:

Nada como a prática para derrubar a “teoria caranguejista”. Em artigo no caderno DOC, a professora da UFRGS, Zita Possamai, se manifestou contra a menção aos caranguejos, “lembrados para apelidar aqueles e aquelas que, supostamente, andam de lado e não deixam a cidade progredir”. Ora, os animais de 10 patas são um símbolo do porto-alegrense que reluta em andar para frente.

¹⁰ A Proposta de Ocupação do Cais do Porto de Porto Alegre é fruto do trabalho de professores pesquisadores, pós-graduandos e alunos/as bolsistas reunidos em projetos de extensão e em núcleos de pesquisa da UFRGS: Projeto de Extensão Ocupação Cais do Porto Cultural, Projeto de Extensão Práticas de Patrimônio Insurgente, Observatório das Metrópoles - Núcleo Porto Alegre, Núcleo de Estudos em Gestão Alternativa – NEGA.

¹¹ O caderno das diretrizes encontra-se disponível no blog mantido pelo grupo, no link: <https://propostacaisdoportoalegre.blogspot.com/p/diretrizes-gerais-cais-cultural.html>.

¹² Sem tempo a perder: Cais Mauá já foi discutido à exaustão, defendem secretário e vereador da capital, em resposta a artigo publicado no Caderno DOC dos dias 25 e 26 de junho. Publicado em 02 jul. 2022, no Caderno DOC, encartado na edição de fim de semana do Jornal Zero Hora. Disponível em: <https://www.camarapoa.rs.gov.br/noticias/cais-maua-nao-podemos-mais-perder-tempo>.

O que se observa é que aqueles que estão exercendo seu direito à cidadania são sistematicamente desrespeitados, quando não ridicularizados, e as audiências públicas e consultas à população têm servido apenas para legitimar as ações dos governantes, que, como se viu, têm se orientado para a desestatização e transformação da cidade em mercadoria, a ser consumida somente por alguns.

4. Conclusão

Os dois casos aqui apresentados possuem vários elementos em comum. Ambos são resultados de processos de degradação programada pelo poder público, posto que é de sua competência a manutenção e preservação do patrimônio cultural, estreitamente relacionados com a demanda dos investidores, no escopo do conceito da cidade-mercadoria, como foi tratado por Carlos Vainer (2009). Essa deterioração do bem, aliada ao argumento invariável de o ente público não possui recursos para este “gasto”, viabiliza a construção de megaempreendimentos, invariavelmente destinados às classes abastadas.

Nos processos administrativos do Recife e de Porto Alegre foram constatadas irregularidades e ilegalidades, aplacadas pelos órgãos públicos, mesmo quando questionadas pelos diferentes Ministérios Públicos, através de inquéritos e ações judiciais. Também nos dois movimentos, os ativistas sofrem o constante ataque do poder público - vereadores, secretários de estado, prefeitos - e de jornais e televisão, sendo chamados de “desocupados”, “maconheiros”, “caranguejos”, “turma do atraso”, com o objetivo de desqualificar seus pontos de vista e desmoralizá-los frente a sociedade.

O apagamento da história, da memória e da simbologia dos bens constitui forma de enfraquecer a resistência aos empreendimentos e o pouco que sobra é transformado em produto a ser consumido, o qual não é acessível a toda a população. Da mesma maneira, a promessa de revitalizar e retomar o espaço degradado é usada para convencimento social, mas não traduz a implícita higienização e gentrificação necessárias para os parâmetros de “desenvolvimento e progresso” que caracterizam a ideologia neoliberal que vem ditando as regras do crescimento urbano.

Frente a todos estes obstáculos, o Movimento Ocupa Estelita e o Coletivo Cais Cultural Já trabalham com a proposta de democratização do uso do espaço,

constituído por patrimônio cultural, através da cultura. No primeiro caso, particularmente como instrumento de sensibilização e de divulgação de informação acerca da transformação daquela área, sem deixar de estimular a produção e fruição artístico-cultural da cidade, além da preservação do local de memória. Tem como conquista, o avanço em termos de organização e construção das lutas sociais, transbordando da questão do Cais para o debate sobre questões que dizem respeito ao direito à cidade.

Em se tratado do caso porto-alegrense, em menor medida, as atividades culturais serviram de divulgação da luta pela preservação dos bens tombados e da paisagem cultural. Mas sua grande contribuição foi apresentar uma proposta alternativa de ocupação dos armazéns, em parceria com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, e, com isso, buscar o diálogo com o Estado, proprietário do bem. Um dos pilares da proposta é o acesso universal e democrático ao local, com atividades de todos os segmentos culturais e com diversidade de atividades voltada à população e a apresentação das diretrizes torna a luta social propositiva e não simplesmente reativa. Agora é ver como acabará este episódio.

Referências

AZEVEDO, Ana Paula. **A urbanização como estratégia de biopoder e a resistência dos movimentos sociais urbanos**: entre o Movimento #Ocupe Estelita e novos Recifes. 2017. Dissertação (mestrado) Programa de Pós-Graduação em Direito. Universidade Católica de Pernambuco, Recife. Disponível em: <http://tede2.unicap.br:8080/handle/tede/1091>. Acesso em: 29 out. 2022.

BERARDI, Ben. O sorriso nos dentes da cidade. Publicado em 27mar.2021. **Revista Eletrônica Parênteses**, n.68, Matinal Jornalismo. Disponível em: <https://www.matinaljornalismo.com.br/parentese/>. Acesso em 28 out. 2022.

CAIS JOSÉ ESTELITA: confira linha do tempo das polêmicas envolvendo o Projeto Novo Recife. Portal de notícia G1 Pernambuco. Publicada em 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/pe/pernambuco/noticia/2019/03/26/cais-jose-estelita-confira-linha-do-tempo-das-polemicas-envolvendo-o-projeto-novo-recife.ghtml>. Acesso em: 29 out. 2022.

CARDOSO, Marianna; NASCIMENTO, Anamaria. Ocupar, Resistir: O movimento Ocupe Estelita na cidade do Recife. **Revista Três Pontos**, v. 15 n. 1 (2018): Dossiê Ocupações. Belo Horizonte: UFMG, 2019.

COSTA, Julie Hanna Cruz. Itinerários de uma intervenção urbana: o Movimento #OcupeEstelita e a luta pelo direito à cidade no Recife. **Percursos**. Revista de Antropologia. 2016, v.2, n.1. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/pe/article/view/6291>. Acesso em: 30 out. 2022.

FRANCO, Sérgio da Costa. **Porto Alegre**: guia histórico. 4. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2006.

KIRZNER, Beatriz. **Caosnocaís**: Projeto Novo Recife e a Subversão do Patrimônio Cultural Recifense. 2021. Trabalho final de graduação, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo. Disponível em: <http://tfg.fau.usp.br/beatriz-carvalho-kirzner/>. Acesso em: 30 out. 2022.

LE GOFF, Jacques. Memória. In: ROMANO, R. (Dir.). **Enciclopédia Einaudi**. Vol.1 – Memória-História. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1984. (Capítulo de livro).

MARZULO, Eber. A Cidade Escondida: dos Tapumes como Estratégia de Apagamento da Memória. In: AMARAL, Lilian; ROCHA, Cleomar. **Patrimônios possíveis** [recurso eletrônico]: arte, rede e narrativas da memória em contexto ibero-americano. Goiânia: Gráfica UFG, 2017. Disponível em: <https://producao.ciar.ufg.br/ebooks/patrimonios-possiveis/index.html>. Acesso em :28 out. 2022.

MATTOS, Jane Rocha de. Foguistas e estivadores: organizações operárias negras no início do século XX no mundo do cais (Porto Alegre). Comunicação apresentada na **VIII Jornada Estadual de Estudos Afro-Brasileiros**: “O negro sul-rio-grandense nos diferentes contextos locais”. Porto Alegre, 2020.

MEDEIROS, Samuel de; SANTOS, Tatiana. Quebrando Urnas: as formas desilenciamento e apagamento da cultura material e memória utilizadas pelos invasores europeus na Manaus colonial (séc.XVII-XIX). **Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade**. v.5, ed. especial, mai-ago/2019. Foz do Iguaçu (PR): CLAEAC, 2019. Disponível em: <https://periodicos.claec.org/index.php/relacult/issue/view/19>. Acesso em: 26 out. 2022.

NASCIMENTO, Flávia B.; SCIFONI, Simone. A paisagem cultural como novo paradigma para a proteção do patrimônio cultural: a experiência do Vale do Ribeira-SP. **Revista CPC**, São Paulo, n. 10, p. 29-48, maio/out 2010.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, p.3-15, 1989.

PROGRAMA MONUMENTA: Porto Alegre, BICCA, Briane (org). Brasília (DF): Iphan, 2010.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história e o esquecimento**. Campinas: Unicamp, 2007.

ROCHA, Maria Eduarda. O movimento Ocupa Estelita: o capital cultural na interface entre a política e a cultura. **Revista Estudos de Sociologia**. Programa de Pós-

Graduação em Sociologia da UFPE. Recife, 2019, Vol. 1 n. 25. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revsocio/article/view/243758> . Acesso em: 31 out.2022.

SILVA, Eutalita Bezerra da. **O jornalismo do Diário de Pernambuco (1825-1984) na construção do (re)conhecimento sobre o Cais José Estelita**: Memórias e expectativas sobre uma paisagem de espigões, armazéns e espelhos d'água.2020. Tese (doutorado)- Universidade Federal do rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Porto Alegre. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/214306> . Acesso em 28 out. 2020.

VAINER, Carlos. Pátria, empresa e mercadoria. *In*: ARANTES, Otília; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. **A cidade do pensamento único**: desmanchando consensos. 5.ed. Petrópolis (RJ): Vozes, 2009.

VIEIRA, Lucimar de Fátima; VERDUM, Roberto. A estética da paisagem cênica, pitoresca e sublime. *In*: AZEVEDO, Ana Francisca de; REGO, Nelson (coords.). **Geografias e (in)visibilidades**: Paisagens, corpos, memórias. Porto Alegre: Compasso Lugar-Cultura, 2017. p. 130-158.